Quero agradecer ao Rui Costa Pinto pela publicação do livro. Ao co-autor José Preto pela amizade, disponibilidade e pela defesa jurídica que só ele sabe fazer da minha posição. Ao João Carlos Alvim pelo desafio que me lançou alguns anos atrás para escrever este livro. Aos membros da ACED que me autorizaram a utilização do espólio da associação – de que sou activista – para o efeito da produção deste livro. Aos presos que utilizam a ACED como instrumento de luta pela justiça. Ao ISCTE pela disponibilização desta sala e de outros recursos sem os quais eu seria outra pessoa. Aos amigos que aqui estão presentes. Ao Bastonário da Ordem dos Advogados pela sua disponibilidade e presença nesta ocasião.

A Universidade prossegue – de momento – a sua vocação ultraconservadora de ignorar as esperanças populares de democratização da democracia, mesmo se são sobretudo os seus ex-alunos quem exprime mais directamente tais desejos nas ruas e em privado. Mas a Universidade não tem apenas essa faceta.

Por exemplo, ficaram popularmente famosos cientistas saídos das Universidades que deram o corpo e o prestígio à descoberta e ao reconhecimento de verdades sacrílegas. E a verdade, actualmente, é que das nossas instituições de Estado pouco ou nada resta de democracia. Vivemos em oligarquia cujo principal fito político é a manutenção e aumento de privilégios. E a Universidade – se quiser continuar a ter direito a perseguir a verdade – terá de reagir. Quanto mais cedo melhor.

As prisões são um exemplo dos mecanismos sociais institucionalizados de solidariedade perversa, enfatizados pela conjuntura que vivemos. São instituições sob tutela judicial tipicamente fora da lei. Isto é: apenas existem porque as instituições de soberania fecham os olhos aos tratamentos degradantes e torturas quotidianos. Isso ocorre assim porque o Estado tira das penitenciárias os efeitos políticos que entende indispensáveis para a manutenção do seu próprio poder. No que é acompanhado pelo público, cego de sede de vingança e temeroso das responsabilidades próprias das situações de autonomia pessoal e social.

Mas como bem sabemos os que viveram o 25 de Abril, também há um povo generoso mobilizável com dignidade a partir da populaça. É essa a nossa difícil e delicada tarefa. Na ACED, na ciência e na vida pública.

*Segredos das prisões* é um livro de divulgação científica

Pretende apresentar ao público, em linguagem vulgar, a noção de “segredo social”.

Do mesmo modo que os cães, por exemplo, atacam para matar os animais da mesma espécie doentes ou com limitações físicas (com “necessidades especiais”, como diríamos hoje em politicamente correcto) os humanos fazem exactamente o mesmo. Mas com uma capa de legitimação civilizacional que só não é ridícula porque as populações desenvolvem em si instintos funcionalmente equivalentes aos dos cães: recusam assumir responsabilidades (com os mais novos, os mais velhos, as mulheres inférteis, os doentes, os marginalizados, etc.) que pesem no fardo e nos riscos das respectivas existências. Tais instintos são culturalmente elaborados e usados milenarmente como instrumentos de poder. Modernamente também, em particular sob a forma de penitenciárias.

Todos sabemos o que se passa nas prisões (em particular que são universidades do crime, onde se torturam pessoas e grassa a corrupção). Ao mesmo tempo, todos achamos intolerável prescindir ou sequer pôr em causa uma tal instituição. É sagrada.

O fenómeno do segredo social desenvolve-se, dialecticamente, num diálogo entre os sentimentos populares (ditos de insegurança) e os interesses (de dividir para reinar) dos poderes ilegítimos instituídos.

A teoria social (como a cultura jurídica) e as suas instituições desenvolvem também orelhas mocas e palas de burro face aos problemas prisionais (e não só). De facto, os segredos sociais também funcionam no seio da comunidade científica (e dos tribunais), pois também são feitas de seres humanos.

As instituições, incluindo as científicas e as jurídicas, desenvolvem modos de cooperação, reforço e exploração dos efeitos dos segredos sociais naturais, para satisfação mútua da populaça, do público e dos seus governantes. Em particular, daí emergem as emoções de tipo xenófobo, sectário e moralista, que se satisfazem, quais vampiros, com o sangue de bodes expiatórios recolhidos pelo sistema criminal. Sistema que representa a dureza mágica contra o crime (encarnação moderna do mal), abandonando as vítimas, os condenados e as cifras negras às urtigas (e às violências que decorrem das necessidades de recuperação pessoal e social das consequências dos crimes efectivamente perpetrados, por condenados, funcionários escroques ou por gente acima de qualquer suspeita).

 Fazer ciência, para mim, é anunciar a verdade, descobrir a verdade, lá onde os dados a podem revelar. Mesmo se as autoridades científicas, judiciais e políticas não queiram ouvir, ler ou falar disso. Felizmente, há leis a proteger esta minha actividade, embora possam ser violadas pelas próprias instâncias judiciais. Felizmente, por vezes, estas mesmas instâncias sentem vergonha e não levam até ao fim a sua actuação repressiva. Sobretudo quando são obrigadas a confrontar-se com defensores como o Dr. José Preto, meu orientador para a compreensão e valorização das potencialidades do direito. Até quando me poderá continuar a defender? Até quando se poderá continuar a defender?

Lisboa, 19 de Setembro de 2013